



Número: **0828651-38.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **15/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANA ALVES DE OLIVEIRA (AUTOR)		RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20904 215	12/11/2021 17:41	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

4ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0828651-38.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

DECISÃO

Trata-se de ação cognitiva na qual afirma a parte autora que fora vítima de acidente de trânsito, ocasionando-lhe danos físicos, cuja reparação se deu na monta de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), valor que considera irrisório, postulando por sua complementação.

O benefício da gratuidade judiciária fora concedido à parte.

Em contestação (id 10065412), alega a parte ré, preliminarmente, inépcia da petição inicial e carência da ação; e, no mérito, ausência de demonstração do nexo de causalidade entre o evento danoso e consequente dano, bem como a suficiência do valor já pago.

A parte autora apresentou réplica à contestação (id 10395012), rebatendo as preliminares arguidas na peça de defesa e ratificando os fatos aduzidos na exordial.

É o que basta relatar.

Inicialmente, constato que há questões processuais pendentes, motivo pelo qual passo a sanear e organizar o feito, fazendo-o em tópicos, para melhores esclarecimentos (art. 357, do CPC).

1. PRELIMINARMENTE

1.1. DA ALEGADA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Primeiramente (art. 357, I, do CPC), em que pese alegar a parte autora a inépcia da petição inicial por ausência de documentos que considera indispensáveis, verifico que a alegação não merece prosperar, motivo pelo qual se rejeita a preliminar.

2. DAS QUESTÕES DE FATO E DIREITO SOBRE AS QUAIS RECAIRÁ A ATIVIDADE PROBATÓRIA

Após (art. 357, II e IV, do CPC), constato que os pontos controvertidos do feito residem em aferir:

- a) a extensão dos danos físicos ocorridos à parte autora;
- b) a necessidade de complementação do valor já pago, em observância à Tabela Anexa à Lei nº. 6.194/74, incluída pela Lei nº. 11.945/09.

Desta feita, conforme afirmado em contestação, necessária se faz a realização de perícia médica para a constatação do item “a”.



Assim, considerando ainda as alegações da parte autora em petição de id 15303840, em observação ao convênio nº 69/2015 celebrado entre a parte ré e o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, nomeio como novo perito o Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, CPTEC nº 81, CPF 022.838.753-15, com endereço profissional na Rua Estudante Danilo Romero, nº 1402Z, Bairro Horto, CEP 64052-510, Teresina-PI para realizar a perícia no presente caso.

Ciente da nomeação, deverá o perito apresentar proposta de honorários; currículo, com comprovação da especialização; e contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, no prazo de cinco dias (art. 465, §2º, do CPC).

Intimem-se as partes para arguirem o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; indicarem assistentes técnicos; e apresentarem quesitos; no prazo de quinze dias (art. 465, §1º, do CPC).

3. DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

Por fim (art. 357, III, do CPC), não havendo causa para a redistribuição do ônus da prova, incidir-se-á o disposto no art. 373, do CPC, sem qualquer prejuízo.

Saneado e organizado o feito, intimem-se as partes para eventuais esclarecimentos que se fazem necessários, bem como indicarem as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de cinco dias (art. 357, §1º, do CPC).

TERESINA-PI, 12 de outubro de 2021.

Juiz(a) de Direito do(a) 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina

